

OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO: A QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR E O FAZER DA EDUCAÇÃO

Márcia Beatriz Velludo Araújo Fugeiro*

RESUMO: A sociedade contemporânea, principalmente nas últimas décadas, presenciou fortes transformações. Os movimentos do capitalismo geram contradições que não podem deixar de ser consideradas na compreensão da história. O neoliberalismo, a reestruturação produtiva, a necessidade de um trabalhador crítico e reflexivo, com formação compatível para tal, não apenas dentro de padrões de competências que visem a habilidades de caráter puramente técnico, acarretam grandes mudanças no mundo do trabalho. Este artigo discute a questão da qualificação, do trabalho, analisa a convergência de discursos no sentido de se estreitar as relações entre *Sistema Produtivo* e o *Sistema Educativo*, a partir de lógicas conexionistas, em que a escola e o mercado de trabalho possuem uma função: preparar mão-de-obra, em nome do desenvolvimento e da modernização. Nesse contexto, busca-se repensar as relações entre educação e trabalho. Ciente de que as instituições estão demandando novos requisitos de qualificação, as pesquisas da última década têm tentado esclarecer: Quais são estes requisitos? Como são construídos? Como a qualificação se relaciona com a escolaridade? O quanto a dimensão do processo de ensino-aprendizagem tem ajudado o cidadão a desenvolver qualificação para esse contexto? Como são avaliadas e reconhecidas as qualificações? Estaria a polarização das qualificações sendo subsumida pelo modelo de competência? As conclusões iniciais dessa pesquisa, feita primeiramente, através de revisão bibliográfica, permitem ver que a qualificação — que articula conhecimentos, habilidades, procedimentos, valores e atitudes — indicam uma ruptura com ações e comportamentos que colocam a repetição e a padronização como marco característico da conduta escolar e, para além disso, consubstanciam a necessidade de um novo modelo pedagógico.

* Professora da Faculdade de Agronomia e Zootecnia de Uberaba (FAZU).

PALAVRAS-CHAVES: trabalho. Reestruturação produtiva. Qualificação. Capitalismo. Educação.

ABSTRACT: The contemporary society, mainly in the last decades, witnessed strong transformations. The movements of the capitalism generate contradictions, which must be taken into consideration when talking about history comprehension. Neoliberalism, productive reorganization, the necessity of a critical and reflective worker, with compatible formation for such, not only according to the competence standards that aim at purely technical abilities, cause great changes in the work world. This article argues about the question of the qualification, the work, analyzes the convergence of speeches when talking about the narrowing of the relationship between Productive System and the Educational System, from the connectionist logics, where the school and the work market have a function: to prepare manpower, on behalf of the development and modernization. In this context, one searches to rethink the relations between education and work. Knowing that the institutions are demanding new requirements of qualification, the researches of the last decade have attempted to clarify: Which are these requirements? How are they constructed? How does the qualification relate to the educational status? How much has the dimension of the teach-learning process helped the citizen to developing qualification in this context? How are the qualifications evaluated and recognized? Would the polarization of the qualifications being underestimated by the competence model? The initial conclusions of this research, firstly made through bibliographical revision, allow one to see that the qualification — which articulates knowledge, abilities, procedures, values and attitudes — indicate a rupture with action and behaviors which place the repetition and the standardization as a characteristic landmark of the school behavior and, furthermore, consubstantiate the necessity of a new pedagogical model.

KEYWORDS: work. Productive reorganization. Qualification. Capitalism. Education.

Instaura-se hoje um embate ideológico que se coloca de forma implícita no triângulo trabalho/qualificação/reestruturação produtivo. A concep-

ção do trabalho enquanto práxis humana, material e não material, que objetiva a criação das condições de existência, não sendo apenas mera produção de mercadoria e concepção de trabalho para produzir mais-valia, demanda uma qualificação ampla que conceba em seu cerne o compromisso com a transformação da realidade. Os padrões da reestruturação produtiva exigem cada vez mais do trabalhador, em suas formas históricas de divisão social e técnica do trabalho, um sujeito criativo, com formação específica mas, contraditoriamente, capaz de trabalhar numa multifuncionalidade que se faz presente nas empresas contemporâneas. O sistema educativo é posto a serviço do sistema produtivo numa tentativa clara de, através de sua intervenção, materializar o pensamento da lógica produtiva do padrão neoliberal imposto através das práticas organizacionais que tem como base as características da reestruturação produtiva.

O discurso da reestruturação produtiva tem sido tomado de forma genérica, sem que se considere sua materialidade nesta etapa de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil; este discurso homogeneizante acaba por desconsiderar as profundas diferenças regionais, a contradição entre inclusão e exclusão, as territorialidades no âmbito da globalização; as diferenças entre o desenvolvimento nos setores da economia, entre empresas líderes e terceirizadas, entre fabricantes e montadoras e assim por diante. Em conseqüência, corre-se o risco de análises otimistas, que elidem o caráter excludente deste processo. (KUENZER, 1998, p. 68).

A reestruturação produtiva hoje não pode ser considerada como único processo desenvolvido nas empresas. Harvey (2004), aponta para uma tendência a um exagero na significação das tendências em se aumentar a questão da flexibilidade e da mobilidade geográfica e deixar de considerar, por isso, a influência e a força que os sistemas fordistas de produção ainda têm. As tecnologias e formas organizacionais flexíveis não se tornaram hegemônicas em toda parte, mas o fordismo que as precedeu também não. São inúmeras as contradições que o capital impõe em seu movimento contínuo e desconsiderá-las é não fazer uma análise dialética da história. Essa polarização das formas de produção geram continuidades e rupturas que não podem ser negadas. Ao mesmo tempo em que suscita a necessidade de um indivíduo qualificado, joga-se essa respon-

sabilidade no indivíduo que se vê forçado a tentar buscar formas de se qualificar num jogo de relações de um sistema educativo que se torna concorrido e mercantilizado.

Entrar nessa discussão referente à crise do emprego nos remete à necessidade de compreender o trabalho. Para os filósofos, o homem trabalha ao colocar em atividade suas forças espirituais ou corporais, visando um objetivo a ser realizado ou alcançado, significando a “utilização e degradação de certa quantidade de energia” (AKTOUF, 1996, p. 112); isso, então, constrói a distinção entre trabalho humano e o dos animais, em função do primeiro estar dotado de “consciência e intencionalidade, enquanto os animais trabalham por instinto, programados, em consciência.” (ALBORNOZ, 1994, p. 12). O trabalho é uma atividade que altera o estado natural das coisas materiais da natureza para melhorar a sua utilidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia idealmente na imaginação do trabalhador.

Nesse processo contínuo, o trabalho vem sofrendo grandes transformações para adaptar-se às fortes transformações vividas pela sociedade em face às diferentes crises que solapam a vida e o modo de produção da classe trabalhadora.

Como resposta do capital à sua crise estrutural, várias mutações vêm ocorrendo e são fundamentais nesta virada de século. Uma delas, que tem importância central, diz respeito às metamorfoses no processo de produção do capital e suas repercussões no processo de trabalho. (ANTUNES, 2001, p. 20).

Particularmente, nos últimos anos, como respostas do capital à crise dos anos 70, intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo, por meio do avanço tecnológico, da construção das formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo e que destaca para o capital, especialmente o toyotismo.

Para Antunes (2001, p. 16), o capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas, acentuou sua lógica destrutiva. Num contexto de crise estrutural do capital, desenham-se algumas tendências que podem ser resumidas:

1. o padrão produtivo taylorista e fordista vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada “acumulação flexível”, modelo japonês ou toyotismo;

2. o modelo de regulação social-democrata, que deu sustentação ao chamado Estado de bem-estar social em vários países centrais, vem sendo solapado pela (des) regulação neoliberal privatizante e anti-social.

Pelo próprio sentido que conduz essas tendências (que, em verdade constituem-se em respostas à sua própria crise), acentuam-se os elementos destrutivos que presidem a lógica do capital. As crises são dinâmicas e apontam para alguma forma de transformação, já que o capital cria suas crises e, ao mesmo tempo, as estratégias para resolvê-las. Políticas de desregulamentação, de reformas, de terceirização do sistema produtivo, a questão da flexibilidade, da qualificação imposta como forma de garantia de empregabilidade, o desenvolvimento de novas tecnologias vão surgindo para que o capital reconquiste sua liberdade.

O espaço mundial atual é contraditório, composto de homogeneização, através de fluxos de mercadorias, de capitais, tecnologias, trabalhadores, etc., e da fragmentação, devido à persistência do Estado e da hierarquização, imposta pelos desenvolvimentos desiguais sobre os quais repousa a divisão internacional do trabalho. (LUCENA, 2003, p. 144).

O Estado vem passando por transformações no que tange à transnacionalização do capital. Lucena (2003), reforça dizendo que isso causa um divórcio entre o espaço econômico e político pois, ao mesmo tempo que se transnacionaliza, permanece essencialmente nacional. As empresas transnacionais maiores controlam a tomada de decisões relativas ao mercado, cujo objetivo é elevar a produção com o menor custo possível. O neoliberalismo justifica e acentua esses elementos, como garantia da reprodução do capital, visando estabelecer a individualidade em detrimento da coletividade.

Pode-se constatar que a sociedade contemporânea presencia um cenário crítico, que atinge também países capitalistas centrais. O processo da reestruturação produtiva traz em seu bojo a necessidade de ajustamento frente aos padrões internacionais de produtividade e de qualidade, elemento básico de competitividade nesse novo cenário. Trouxe questionamentos como o da inadequação no fulcro dos princípios tayloristas/fordistas às novas condições do mercado e difundiram novos conceitos como automação, flexibilidade, produção enxuta, qualidade total, etc. A questão da maior valorização do trabalho qualificado, a ser discutida no

final desse ensaio, não é mais ponto de dissensão neste quadro de mudanças e de novas estratégias na questão da organização do trabalho.

Com a adoção dos padrões da reestruturação produtiva buscam-se novos modelos de organização e gestão para fazer frente aos desafios da concorrência internacional e a globalização da economia. Urge, então, uma empresa mais flexível e integrada que eleve a produtividade e faça frente a um ambiente marcado pela vicissitude e complexidade de mercado, estruturas organizacionais mais ágeis e mais enxutas que possibilitem uma redução de custos e uma diferenciação frente a seus concorrentes, via ações como o lançamento de novos produtos, aumento da qualidade, rapidez na entrega e melhora do nível de serviço associado ao produto.

Ainda dentro do quadro analítico sobre essa questão, discutida por Salerno (1995 apud GARAY, 2005, p. 12), as empresas tendem a adotar uma estratégia orientada para a descentralização produtiva, para a descentralização gerencial, redução dos custos de retrabalho, economia de escala, redução do nível de estoques (dentro da lógica do “just in time”¹), aumento dos montantes destinados à pesquisa e desenvolvimento pelo conjunto das empresas.

Vale ressaltar que a reestruturação produtiva não pode ser encarada como fenômeno homogêneo, visto que ocorreu e vem ocorrendo em diferentes empresas, setores e regiões.

De um modo geral, o que os pesquisadores têm percebido no que se refere aos impactos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho, é que há grande mobilidade da mão-de-obra, crescimento da participação do trabalho informal, redução dos salários reais na maioria dos setores, aumento do recurso à subcontratação de trabalhadores com a participação do trabalho a domicílio, maior seletividade das empresas na contratação de trabalhadores — em termos de sua qualificação e atitudes pela grande disponibilidade de mão-de-obra no mercado.

Dessa forma, não há como negar a precarização das relações de trabalho e o desemprego como fortes impactos da reestruturação. Salerno (1993 apud GARAY, 2005, p. 15), novamente reforça essa idéia quando apresenta, inclusive, uma pesquisa realizada pelo DIEESE (Departamen-

¹ Filosofia de manufatura baseada na eliminação de toda e qualquer perda e na melhoria contínua da produtividade. Envolve a execução, com sucesso, de todas as atividades de manufatura necessárias para gerar um produto final, desde a engenharia do projeto até a entrega, incluindo todas as etapas de conversão de matéria-prima em diante.

to Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) com os efeitos da terceirização. Os mais importantes dizem respeito aos menores salários e benefícios vigentes, além de problemas de higiene e segurança no trabalho, trabalho menos qualificado, falta de registro em carteira e até jornada mais extensa em 5% dos casos. Além disso, o autor salienta que a descentralização produtiva não implica necessariamente em descentralização do capital, muito menos com o fim da produção em massa. O modo de produção taylorista/fordista parece ainda prevalecer nessas empresas.

Harvey (2004, p. 163) argumenta com sobriedade que diante da redução do poder dos sindicatos e aumento do “exército industrial de reserva”, os capitalistas aproveitam para impor situações trabalhistas mais flexíveis e isso não é possível de ser elaborado num contexto legível, por considerar que o propósito de tal flexibilidade está em realizar as necessidades específicas de cada empresa e que isso merece cuidadosa atenção pela força que os sistemas fordistas de produção implantados ainda têm.

Após todas as considerações referenciadas é inevitável entender que,

[...] a introdução e expansão do toyotismo na velha Europa tenderá a enfraquecer ainda mais o que se conseguiu preservar do *welfare state*, uma vez que o modelo japonês está mais sintonizado com a lógica neoliberal do que com uma concepção verdadeiramente social-democrata [...] e, menos do que social-democratização do toyotismo, teríamos uma toyotização descaracterizadora e desorganizadora da social-democracia. (ANTUNES, 1997, p. 158).

Paralelamente à globalização produtiva, a lógica do sistema produtor de mercadorias vem “convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa sociedade dos excluídos e dos precarizados, que hoje atinge também os países do norte.” (ANTUNES, 2001, p. 14).

No devir de Antunes (2001, p. 14), essa lógica destrutiva permitiu que regiões inteiras estivessem pouco a pouco, sendo eliminadas do cenário industrial, derrotadas pela desigual concorrência mundial. Há, portanto, nessa visão, destruição de forças produtivas da natureza, do meio ambiente, da força humana de trabalho, o que nos leva a aceitar a proposição:

[...] o capital, desprovido de orientação humanamente significativa, assume em seu sistema metabólico de controle social, uma lógica que é essencialmente destrutiva, onde o valor de uso das coisas é totalmente subordinado ao seu valor de troca. (MÉZÁROS, 1995, p. 185).

Não há como negar as transformações advindas da tentativa de se evitar o caos do capital. É preciso que se diga de forma clara que a desregulamentação, a flexibilização, a terceirização e todo o “receituário” apontado pelo mundo empresarial são expressões de uma lógica societal em que o capital vale e a força humana de trabalho só conta, como parcela imprescindível para a reprodução desse mesmo capital. Antunes (2001, p. 17), reforça essa idéia quando elucida que o capital é incapaz de realizar autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano: “[...] pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo; pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingüi-lo”.

Sob a égide da necessidade da qualificação para a penetração nesse mundo de trabalho competitivo e algoz é que vem a discussão desse último ponto da tríade proposta no início dessa discussão: trabalho, reestruturação produtiva e qualificação.

Braverman (1987, p. 88), chama a atenção para o fato de que o capitalismo originou-se da situação de um único capitalista empregar um número grande de trabalhadores, porque as oficinas anteriores constituíram-se da aglomeração de diminutas unidades fabris, que por isso apresentavam métodos tradicionais conflitantes com a nova estrutura industrial e mercadológica, pois o trabalho era imediatamente controlado pelo produtor e também tais métodos continham conhecimento tradicional e perícia de seus ofícios.

Entretanto, tão logo os produtores foram reunidos, surgiu o problema da gerência em forma rudimentar. Em primeiro lugar, surgiram funções de gerência pelo próprio exercício do trabalho cooperativo [...]. (BRAVERMAN, 1987, p. 62).

Aliada a essa necessidade provocada pela divisão do trabalho surge como desdobramento do aprimoramento da produção a questão da qualificação entendida não apenas como um modo para reconhecer e codificar socialmente as qualidades do trabalho, mas também como forma mobilizadora e reprodutiva de outras formas para realizar o trabalho.

Para ser qualificada, exige-se de uma atividade que os problemas a serem resolvidos sejam compreendidos de forma abrangente, que as soluções para os mesmos sejam elaboradas, que estas soluções sejam realizadas e a responsabilidade por elas assumida. Ela pressupõe conhecimento, experiência, autoridade e possibilidades materiais. (FREYSSENET, 1989, p. 142).

Ratificando esse mesmo pensamento Belloni (2003, p. 24), ao estudar a educação profissional, aponta que a questão principal não é o treinamento de habilidades, mas o investimento por parte do Estado e das empresas em uma qualificação mais ampla, centrada em bases tecnológicas, que possibilite um processo flexível de qualificação dos trabalhadores na perspectiva de um trabalho polivalente, conforme as mudanças relativamente constantes do mundo do trabalho e do mercado.

Qualificação, nesse sentido, recupera e valoriza a competência profissional do trabalhador, deixando de lado a idéia de que qualificação limita-se ao desempenho técnico. Esse conceito é estreito na visão de alguns autores, em relação aos novos desafios postos pelo mercado de trabalho, na fase contemporânea do capitalismo. A globalização e a reestruturação produtiva trouxeram avanços para o capitalismo, porém, em suas nuances, deixa latente a questão do esforço do trabalhador no que se refere à *empregabilidade* que não só fica no que concerne a busca de condições para que se tenha capacidade de obter um emprego, mas de se manter em um mercado de trabalho em constante mutação. Ela é hoje mantida como condição moderna de aptidão para o trabalho, tendo assim papel decisivo na conformação do novo perfil do trabalhador.

Shiroma & Campos (1997, p. 98) reitera essa idéia quando elucidam que o debate que cerca o trabalho e a qualificação traz à cena a necondição que é a *empregabilidade*, a qual envolve idade, sexo, experiência prévia, rede de relações sociais, origem social, concepções, valores, aspirações, trajetórias de vida, etc., passando a constituir-se um “currículo oculto” de formação de competências.

De acordo com Belloni (2003, p. 26), ao expressar eficácia como benefício das ações de educação profissional para os treinandos, em matéria de *empregabilidade*, melhoria do desempenho profissional, geração de renda, integração ou reintegração social pode-se depreender que *empregabilidade* e geração de renda são os principais resultados esperados pelos capitalistas. A referida autora expõe ainda que “efetividade social” — conceito apresentado pelo PNEP (Plano Nacional de Ensino Público)

— tem a ver com a adequação da educação às necessidades técnicas e sociais do mundo do trabalho, dentro do contexto das transformações sociais e tecnológicas; refere-se às conseqüências da qualificação junto ao trabalhador em sua vida profissional e pessoal. Tanto que, ao se realizar uma avaliação de uma política pública, os critérios estabelecidos para a mesma não devem focar somente nos aspectos econômicos, mas enfatizar todas as dimensões sociais que se preocupam legitimamente com os interesses e as necessidades dos trabalhadores.

Frigotto (1999, p. 152) esclarece que com a ausência de política de emprego e a falta de perspectiva de uma carreira profissional, a sociedade divide-se entre os indivíduos empregáveis e os não-empregáveis. Para ele, a formação profissional permanente, proposta como forma de manutenção constante para capacitação dos trabalhadores, ao contrário de constituir-se em um mecanismo que possibilite a concretização da igualdade de oportunidades, bem como a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, tem contribuído para o aumento da competição e da exclusão nesse mesmo mercado de trabalho. Lucena (2003, p. 150), ao discutir também a questão da *empregabilidade* situa-a numa tentativa de transferência de riscos e responsabilidades aos mais fracos fazendo com que o trabalhador a assuma por meio de formação profissional, recapacitação, etc.

Num paradoxo a essa idéia, mesmo com a disseminação do desemprego e da exclusão social, as empresas exigem maior nível escolar dos trabalhadores para os postos de trabalho oferecidos. Nesse sentido, faz-se mister entender o que Lucena (2003, p. 156), aponta quando polariza capacitação profissional e qualificação profissional. O primeiro consiste no simples treinamento para o trabalho nas máquinas. É algo que está nos limites do adiestramento fabril; não há, portanto, necessidade de ensino formal. O segundo conceito é mais abrangente, pois amplia sua dimensão quando trata o trabalhador qualificado como aquele que constrói uma relação que vai além do saber operar a máquina. Qualificação é para ele, “sinônimo de qualidade de vida, cultura, acesso à ciência e tecnologia, é fenômeno coletivo”. (LUCENA, 2003, p. 155).

Existe uma polêmica em torno dos impactos da reestruturação produtiva sobre a *qualificação* dos trabalhadores, oscilando entre as teses da desqualificação, da *requalificação*, da polarização, da *qualificação absoluta* e *desqualificação relativa*. Há autores que defendem a idéia de que as novas tecnologias exigiriam a *requalificação* da força de trabalho e não um aumento generalizado de *qualificação*, havendo mais alta qua-

lificação para poucos casos e mínima qualificação para a maioria. Dentre dessa polêmica conceitual ressalta-se o aumento da escolaridade exigida, exigência de conhecimentos gerais, capacidade de planejar, capacidade de comunicação, trabalho em equipe, flexibilidade, acesso a mais informações, capacidade de decisão frente a problemas complexos, valorização de traços de personalidade como responsabilidade, criatividade, iniciativa e espírito crítico.

Os termos *polivalência* e *politécnia* estão também entre os conceitos discutidos na formação do sujeito para o mundo do trabalho, o primeiro dando a idéia de um trabalho mais variado, o trabalhador executando várias funções e com alguma possibilidade de administração do próprio tempo, sem implicar necessariamente em mudança qualitativa; e *politécnia* estaria mais relacionada ao uso do pensamento abstrato, representando o domínio da técnica intelectual e a possibilidade de um trabalho flexível e criativo, associando-se o trabalho intelectual com o manual.

Nesse cenário, a escola continua sendo o sistema dito como responsável pela formação do sujeito, que só estará qualificado se puder ter acesso a ela, como responsabilidade própria, de cada indivíduo que tem que se submeter às leis cada vez mais mercantilizadas do Sistema Educativo. O papel das instituições de ensino está sendo cobrado intensivamente como sendo a mola propulsora capaz de qualificar o indivíduo tornando-o apto ao trabalho. Há uma subordinação da formação profissional aos interesses do capital no Brasil que acaba minimizando a perspectiva formativa reduzindo-a ao papel de treinamento. A formação acelerada, imposta pelas reformas educativas, amparadas por lei, reforça esta idéia, pois da mesma forma que as mercadorias têm que ser produzidas num tempo *record* para atender à demanda de um consumo que é instigado cotidianamente, engendra a ideologia de que, quanto mais rápido e bem qualificado o indivíduo estiver, mais rápido ele será absorvido pelas empresas. Implicitamente, o desemprego transforma-se num instrumento de chantagem para aqueles que querem se manter empregados ou empregáveis.

Outro fator que ressalta e estimula essa idéia da qualificação obtida nas instituições de ensino como forma de acesso a emprego é a teoria do capital humano, difundida na década de 60, que preconiza a formação como um aumento na qualificação profissional que gera aumento de produtividade e, conseqüentemente, aumento de salário. Essa idéia se fundamenta no pressuposto básico de que,

[...] a teoria do capital humano trata do problema das relações entre emprego e educação. Os problemas relativos ao emprego e à educação devem ser resolvidos no âmbito da economia. Para alcançar o equilíbrio entre oferta e demanda de recursos humanos, é necessária a construção de uma situação de equilíbrio na qual lucrariam o “indivíduo, a produção e o país”. Com efeito, seriam minimizadas as tensões sociais causadas pelo desemprego. (LUCENA, 2004, p. 190).

Os defensores dessa teoria apregoam que a existência de vagas que não são preenchidas se deve à falta de recursos humanos qualificados para ocuparem as vagas disponíveis. Ao sistema de ensino resta saber como qualificar realmente o sujeito se for mantida a tendência gradativa da “parcelização do saber”, da divisão entre trabalho intelectual e trabalho mental, inerente à produção capitalista? Uma saída que o próprio capital utiliza para resolver esse problema está na formação profissional permanente, discutida anteriormente, que tem como meta manter os trabalhadores atualizados quanto às mudanças técnicas e às condições de trabalho, favorecendo assim sua promoção social pelo acesso à cultura e pela qualificação profissional. Num olhar crítico e reflexivo deve-se observar diante do quadro analítico da política atual enfrentada tanto pelo Sistema Produtivo quanto pelo Sistema Educativo essa qualificação fornecida hoje tem sido condição *sine qua nom* para o ingresso do indivíduo no mercado de trabalho? É importante salientar que embora em alguns setores produtivos haja realmente a necessidade de capacitação diferenciada, em outros a capacitação é mero requisito ideológico para subsidiar justificativas de desemprego e produtividade.

Fundamentados nessas suposições discutidas acima, a educação assume um papel fictício de garantia da não exclusão social. Arroyo (1998, p. 144) define bem educação salientando seu processo de “humanizar, de caminhar para a emancipação, para a autonomia responsável, à subjetividade moral e ética”. A educação deve estar atenta ao mundo da produção de bens, aos processos de trabalho e às relações sociais que mudam e que, nessas transformações, os seres humanos se transformam, se formam e aprendem, se individualizam enquanto seres históricos. Esse mesmo autor faz uma outra reflexão importante quando destaca que:

O tempo de escola não é o único espaço de formação, de apren-

dizado e de cultura. O fenômeno educativo acontece em outros espaços e tempos sociais, em outras instituições, nas fábricas, nas igrejas e terreiros, nas famílias e empresas, na rua e nos tempos de lazer, de celebração e comemoração, no trabalho. (ARROYO, 1998, p. 147).

Se reduzirmos nosso olhar apenas para a instituição de ensino como responsável única pela qualificação do sujeito, ou mesmo sem admitir que em seu cerne deve haver mudanças em seu ponto de partida pedagógico, não responderemos ao real objetivo dessa qualificação como processo emancipador. O trabalho, como princípio educativo, preocupa-se com os vínculos entre a vida produtiva e a cultura, com o humanismo, com a constituição histórica do ser humano, de sua formação intelectual e moral, sua autonomia e liberdade individual e coletiva, sua emancipação.

Embasados no mote da discussão, faz-se mister um olhar crítico e reflexivo perante a todas essas questões. Fica claro que, frente à reestruturação produtiva imposta ao mundo do trabalho, a empresa precisa mudar, o trato com a consistência da qualificação precisa mudar e seus atores sociais devem assumir papel fundamental nessa mudança com a clareza de que a propalada redução da distância entre elaboração e execução, entre concepção e produção atribuídas ao *toyotismo* apenas têm condições de acontecer no ambiente de produção de mercadorias e reprodução do capital, visto que em outras esferas e segmentos não há a visualização dessa redução. Clarifica que ao longo do processo de *qualificação* do trabalho, desenrola-se também a *desqualificação* dos trabalhadores, configurando então “um processo contraditório que *super qualifica* em vários ramos produtivos e *desqualifica* em outros” (ANTUNES, 1997, p. 157).

Repensar o papel dos sindicatos, o significado de qualificação, bem como a relação homem/trabalho e trazer a campo o debate é função e papel do pesquisador que acredita na condição de um mundo melhor, mais justo e mais humano.

Diante dessa discussão é possível afirmar que o Estado está numa posição muito mais problemática. É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um “bom clima de negócios” para atrair o capital internacional. A força de trabalho e o capital estão agora mais fluidos, o que permite que o empregado seja demitido, retreinado,

transferido e a qualificação é pano de fundo para muitas dessas ações. O conhecimento transformou-se na mais valiosa mercadoria e a corrida dos trabalhadores por instituições de ensino tem aumentado com a intenção de estar empregado ou manter-se empregado. As universidades corporativas engendram diretamente esse processo nas organizações que desejam e tem esse foco em sua missão: uma capacitação que, muitas vezes fica nos padrões de um adestramento.

É necessário encarar o presente histórico com coragem e sem recuo, orientar a realidade para as exigências de um mundo onde prolifera a justiça que interroga o significado dos contextos vividos; com a esperança de um mundo onde a libertação seja conquistada por todos, mas com os olhos críticos de quem percebe claramente o que vê e reflete sobre a totalidade na qual se insere. Buscar não explicações lineares que tenham a pretensão de resolver as tensões entre os contrários, mas captar a riqueza do movimento e da complexidade do real, suas múltiplas determinações e manifestações, tentando, ao se aproximar da realidade, transformá-la de forma a emancipar o ser humano para a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKTOUF, O. **A administração entre tradição e a renovação**. São Paulo: Atlas, 1996.

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez. Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. In: DOURADO, F; PARO, V.H. (Org.) **Organizadores políticas públicas & educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

ARROYO, Miguel G. **Trabalho – Educação e teoria pedagógica**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BELLONI, I; MAGALHÃES, H. de; SOUSA, L.C. de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência educacional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CATTANI, A. D. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

FREYSSINET, M. Paradigmas tecnológicos e políticas de gestão. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL – PADRÕES TECNOLÓGICOS E POLÍ-

TICAS DE GESTÃO. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo e Universidade de Campinas, 1989.

FRIGOTTO, G. A Educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural. In: **A Escola Cidadã no contexto da globalização**. São Paulo: Vozes, 1999.

GARAY, A.B.S. **Reestruturação produtiva e desafios de qualificação: Algumas considerações críticas**. Disponível: < <http://read.adm.ufrgs.br/read05/artigo/garay.htm>>. Acesso em: 10 abril. 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2004.

KUENZER, Acácia. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LUCENA, C.A. Educação e trabalho: interfaces do mercado. In: LOMBARDI, J. C. (Org). **Temas de pesquisa em educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

_____. **Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2004.

MÉZÁROS, István. **Beyond Capital – towards a theory of transition**. Londres: Merlin Press, 1995.

SHIROMA, E. O. & CAMPOS, R.F. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. In: **Educação e Sociedade**, 1997.